

ORIGEM E CRESCIMENTO DO CAPITAL INDUSTRIAL EM SANTA CATARINA 1880 A 1945

Alcides Goularti Filho^{*}

O objetivo do texto é estudar o período de 1880 a 1945 que se caracteriza pela origem e crescimento do capital industrial em Santa Catarina. Nesse período predominava a pequena produção mercantil e a extração da erva-mate no planalto norte, madeira no oeste, carvão no sul, as indústrias têxtil no Vale do Itajaí e alimenta no oeste e Vale do Itajaí. A indústria metal-mecânica e moveleira também nascem nesse período, porém partem para um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais-demográficas em Santa Catarina: a primeira com a entrada de imigrantes europeus, de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, norte e sul, e que se estende em ritmo desacelerado até o início dos anos 20; e a segunda com o movimento migratório de imigrantes e descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 50, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista. A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada, e por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália. O salto que a economia catarinense dá nos anos 30 e 40 só pode ser explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava num processo acelerado de formação de um parque

^{*} Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP e professor do Departamento de Economia da UNESC (Universidade do Extremo Sul Catarinense).

industrial integrado. Os Estados que estavam mais próximos da economia paulista e que tinham estruturas sócio-econômicas mais avançadas do que as das antigas regiões produtoras, rapidamente se ajustaram às demandas paulistas pós-30. A urbanização e o aumento da classe operária fizeram aumentar a demanda por produtos básicos: alimentos e vestuário. Já o crescimento da indústria siderúrgica, associado ao transporte de cabotagem e ferroviário, fez aumentar a demanda por carvão mineral. O pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos, dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-industrial. É a partir desse desdobramento que nasce o grande capital industrial em Santa Catarina. E é o capital industrial, juntamente com o mercantil, que será o móvel da acumulação no período de 1945 a 1962, um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense.

1 – Colonização e mudanças sociais

Durante o período de 1880 a 1945, podemos dizer que se originam e crescem em Santa Catarina as indústrias madeireira, alimentar, carbonífera e têxtil. A metal-mecânica e moveleira também nascem nesse período, porém partem para um crescimento mais acelerado somente nos anos posteriores. Nesse período, ocorreram duas grandes mudanças sociais-demográficas em Santa Catarina: a primeira com a entrada de imigrantes europeus, de 1875 a 1900, no Vale do Itajaí, norte e sul, e que se estende em ritmo desacelerado até o início dos anos 20; e a segunda com o movimento migratório de imigrantes e descendentes provenientes do Rio Grande do Sul, a partir de 1917, em direção ao oeste catarinense, estendendo-se até os anos 50, e que fazia parte das frentes pioneiras de colonização capitalista.

a) A imigração européia

A entrada de imigrantes em Santa Catarina no século XIX acelerou-se pós-1875, com a política imigratória financiada pelo governo imperial, principalmente de imigrantes alemães e italianos, em menor proporção poloneses, austríacos, árabes, eslavos e espanhóis. Os alemães concentraram-se mais na região do Vale do Itajaí e norte; os italianos no sul e também no Vale do Itajaí; e os poloneses no Alto Vale do Rio Tijucas e no planalto norte.

Para os imigrantes se instalarem, necessitavam basicamente de três suportes essenciais: financiamento governamental, terras disponíveis e companhias colonizadoras. A viagem e a instalação eram feitas por companhias colonizadoras, que faziam contratos com o Governo Imperial que se responsabilizava por financiar as viagens. Aos imigrantes foram distribuídas terras devolutas, as quais podiam ser pagas em espécie, dinheiro ou serviços prestados ao governo, como abertura de estradas e construções de pontes ou prédios públicos. (Dall’Alba, 1983).

As companhias colonizadoras desempenharam um papel fundamental para fixar os imigrantes nas colônias catarinenses, no final do século XIX, nas regiões de Blumenau, Joinville e Criciúma; e nos anos 20 até os anos 50, no oeste.

Além das companhias colonizadoras, a construção de estradas carroçáveis e de ferrovias também foi de fundamental importância para fixar os imigrantes, desenvolver o mercado local e integrar a região ao mercado nacional. Em 1904, a Cia. Colonizadora Hanseática recebeu a concessão para construir e explorar uma estrada de ferro na região de Blumenau, porém, após dois anos, a concessão foi repassada à S.A. Estrada de Ferro Santa Catarina, com sede em Berlim. Em 1910, foi entregue o primeiro trecho ligando Blumenau a Hammonia (atual Ibirama). Seu trecho foi ampliado em direção ao leste até o porto de Itajaí e em direção ao oeste até Trombudo Central numa extensão de 192km que transportava passageiros, madeiras, animais e cereais (Kroetz, 1975).

Para transportar o carvão no sul do Estado, foi construída por uma empresa britânica a Estrada de Ferro Dona Tereza Cristina, iniciada em 1880 e inaugurada em 1884, ligando Passo Dois (atual Lauro Müller) aos portos de Laguna e Imbituba, numa extensão de 117,6km.

Para escoar a produção da erva-mate do planalto norte de Santa Catarina e do sudeste do Paraná e para promover a colonização na região foi construída a Estrada Dona Francisca, ligando São Bento a Joinville, iniciada em 1852 e concluída em 1873, numa extensão de 100km, que na

época era considerada a segunda estrada carroçável e a segunda maior obra rodoviária do Império (Kormann, 1989). A estrada foi fundamental para fixar os colonos na região de São Bento, que estavam se transferindo para outras regiões. Com a construção do ramal ferroviário, ligando São Francisco a Porto União/EFSPRG, concluído em 1917, com extensão de 471km cortando todo planalto norte catarinense e transportando a madeira e a erva-mate, a Estrada Dona Francisca foi abandonada – atual SC-301 – (Thomé, 1983).

A chegada de novos imigrantes, depois de 1870, contribuiu para diversificar a economia na província, com o surgimento de novas atividades comerciais e artesanais (pequena produção). A presença de várias pequenas atividades mercantis e manufatureiras (artesanato, pequena indústria) contribuiu para gerar uma acumulação pulverizada e lenta. Por um lado, fundamental para criar uma base produtiva diversificada, e por outro, em razão da lentidão da acumulação, um entrave para gerar um comando capaz de conduzir a integração comercial e produtiva. O crescimento de inúmeras pequenas atividades manufatureiras deve ser entendido pelo parcelamento da propriedade, pelo alto grau de difusão tecnológica dos adventos da Primeira Revolução Industrial (facilidade da cópia) e pela tradição dos imigrantes que eram provenientes de regiões industriais da Alemanha e de regiões industriais e agrárias da Itália.

b) O movimento migratório no oeste

As frentes pioneiras, o extrativismo vegetal e a construção da EFSPRG (Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande), no oeste do Estado, se resumem num só elemento que explica a introdução de relações capitalistas de produção no oeste e no Contestado. Apesar da existência de índios kaingang e xokleng, da presença de algumas fazendas de criação e de pequenas roças de caboclos, foi somente com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e com a demarcação das terras feita pelas companhias colonizadoras, que o oeste, o Vale do Rio do Peixe e o planalto norte passaram a ser efetivamente ocupados de forma capitalista. Até então, a região era esparçamente povoada e fracamente monetizada. A ocupação das terras no oeste do Estado fazia parte da estratégia do governo federal para demarcar as terras após a Questão de Palmas, ou de Misiones para Argentina, em 1895 (Heinsfeld, 1996).

Após a Questão de Palmas, o governo catarinense teve de resolver o problema de limites com o Estado do Paraná, o chamado Acordo de Limites, em que o governo paranaense

reivindicava todo o território oeste catarinense, alegando que essas terras já faziam parte de seu território quando a província tinha sido desmembrada de São Paulo. O problema se arrastou até 1916, quando foi dado ganho de causa para Santa Catarina. No entre meio desses dois acordos, ocorreu a Guerra do Contestado (1912-1916), uma sangrenta batalha entre o exército e os fazendeiros locais contra caboclos despossuídos e marginalizados. Com a colonização e a construção da ferrovia, muitos caboclos foram expulsos de suas terras para darem espaços às novas frentes pioneiras de colonização capitalista. Os caboclos desamparados criaram uma irmandade permeada por idéias religiosas e sociais, na busca de suas terras que haviam perdido. Surgem na região várias figuras lendárias que representavam os ideais da massa de caboclos excluídos e que passaram a desestabilizar os objetivos capitalistas da colonização. Com o término da Guerra do Contestado, dando vitória para os colonizadores, e com a assinatura do Acordo de Limites, começou efetivamente a colonização no oeste catarinense, por colonos gaúchos de origem ítalo e teuto-brasileiros, que saíram do noroeste do Rio Grande do Sul basicamente por dois motivos: a falta de novas áreas a serem colonizadas e as transformações da economia fumageira em Santa Cruz nos anos 40 e 50.

Desenvolveu-se no oeste barriga-verde uma colonização baseada no sistema colônia-venda e na pequena propriedade, que era voltada para a economia de subsistência e para a comercialização do excedente, estimulando desde cedo a formação de um mercado interno, que rapidamente se integrou à economia nacional por meio da ferrovia. Havia um universo de pequenas atividades comerciais e manufatureiras como: mercearias, atafonas, marcenarias, moinhos, fábricas de queijo e salame, fábricas de caixas, sapatos e fundição. Esse regime de produção, baseado na pequena propriedade, permitiu uma acumulação pulverizada e ao mesmo tempo o surgimento de uma diferenciação social, em que alguns colonos mais abastados começaram a subordinar o trabalho e a pequena propriedade, tornando-se grandes madeireiros ou proprietários de frigoríficos.

Todo o oeste foi colonizado por colonos gaúchos, descendentes de italianos e alemães de segunda e terceira geração, filhos da legítima imigração européia que colonizou a serra gaúcha.

A ocupação do oeste catarinense, que se estendeu até os anos 50, faz parte do movimento geral da expansão das fronteiras agrícolas no Brasil no século XX, que chegou até o Norte, passando pelo Paraná, todo o Centro-Oeste e deslocando-se até o sul do Maranhão. A ocupação do oeste catarinense não deve ser vista apenas do ponto de vista estratégico territorial para

demarcar terras comandadas pelo governo federal. Terra é um recurso que incorpora valor e se valoriza, portanto, fonte de acumulação capitalista. As fronteiras no oeste têm uma ligação direta entre o capital industrial, representado pelo truste Farquhar, e o capital mercantil, representado pelas companhias colonizadoras, que atuavam simultaneamente e em comum acordo com os governos locais, no sentido de buscar a valorização máxima de seu capital, utilizando a terra como fonte de acumulação. Portanto, o objetivo não é apenas demarcar terras, mas também acumular capital por meio da venda da terra.

Para demarcar terras foram criados municípios e vilas; para escoar a produção foram abertas estradas, ferrovias e construídos portos fluviais; e para acabar com a violência, do ponto de vista dos colonizadores, foram exterminados os índios e subordinados os caboclos ao trabalho nos moldes capitalistas, ou seja, foram dadas as condições materiais e sociais para a reprodução capitalista. A fertilidade do solo, a mata existente, a ferrovia, as companhias colonizadoras e a chegada dos colonos inicialmente formaram uma nova e diferente vida econômica na região.

2 – A integração comercial catarinense no mercado nacional

No início do século XX, começam a se consolidar os setores que comandariam a economia catarinense até o início dos anos 60: têxtil, madeireiro e alimentar. Segundo o Censo Industrial de 1905 e 1920, entre 1880 e 1899, foram fundados apenas 86 novos estabelecimentos industriais em Santa Catarina. Em compensação, de 1900 a 1914, surgiram 392 novos estabelecimentos. A questão, a saber, é se o surgimento desses novos estabelecimentos mudou o padrão de crescimento da economia catarinense, que era ditado pelas pequenas atividades mercantis e fabris. O Censo de 1905 mostra que o setor de alimentos (incluindo banha e açúcar) era responsável por 30,82% do valor da produção industrial catarinense, seguido da erva-mate, 26,62%. Em 1905, as indústrias madeireira e têxtil apresentavam baixos índices, 5,64% e 3,77% respectivamente. Porém, a têxtil representava 19,74% da mão-de-obra empregada e a madeireira 6,04%. Mesmo antes de 1905, ambos os setores tinham alta representatividade na economia barriga-verde.

O aumento da quantidade produzida de madeira, têxtil e alimentos não alterou o padrão de crescimento baseado no capital mercantil. Além do mais, seria impossível Santa Catarina alterar seu padrão de crescimento porque o padrão de acumulação nacional ainda era o mercantil. O Censo Industrial de 1920 mostra claramente que os setores citados aumentaram a participação no valor da produção: a madeira salta de 5,64% em 1905 para 17,32% em 1920 e a têxtil de 3,77% para 14,28%, respectivamente. A indústria alimentar passou de 30,82% para 34,83%. Os três setores eram responsáveis, em 1920, por 69,87% da força de trabalho empregada na indústria. A indústria extrativa (erva-mate) teve uma queda considerável no valor da produção, de 26,62% em 1905 para 19,45% em 1920, não representando queda na produção nem nas exportações. O Censo Industrial de 1939 reafirma a posição de Santa Catarina nos setores tradicionais em relação ao Censo de 1920. A participação da indústria madeireira no VTI (Valor da Transformação Industrial) passa de 17,32% em 1920, para 18,08% em 1939. O setor têxtil passa de 14,28% em 1920 para 21,95% em 1939. Já a indústria alimentar caiu de 34,83% para 22,45%. A queda é em função do aumento da participação de outros produtos, pois é justamente nesse momento que a região oeste do Estado começa a se constituir como um pólo nacional de produtos alimentares derivados de suínos. A queda mais expressiva é da indústria de extração vegetal (erva-mate) que caiu de 19,45% para 5,21% do VTI estadual.

Até os meados dos anos 40, a base produtiva da economia catarinense era comandada pelo pequeno e médio capital mercantil. A presença de indústrias com mais de 80 trabalhadores era possível ser verificada em vários setores, mas representava uma pequena parcela no conjunto, tanto na produção como na geração de emprego. A partir da segunda metade dos anos 10 até o final dos anos 20, o valor das exportações catarinense aumentou em seis vezes, ritmo que se manteve nos anos 30. Se tomarmos como referência os anos de 1915 e 1929 e acompanharmos a evolução do valor exportado de alguns principais produtos, é possível identificar as seguintes mudanças:

- A madeira aumentou em mais de 22 vezes. Os motivos foram o início da colonização do oeste e do Vale do Rio do Peixe, o aumento das exportações para Argentina, via Rio Uruguai, e das exportações para o Rio de Janeiro e a construção da ferrovia.

- A erva-mate aumentou em mais de 13 vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para o Uruguai e Argentina e a estruturação do complexo ervateiro no litoral norte, com a construção da ferrovia e dos engenhos de beneficiamento.
- Os têxteis (camisas de algodão, fio de algodão, meias de algodão e de seda) aumentaram oito vezes. Os motivos foram o aumento das exportações para São Paulo e Rio de Janeiro e o surgimento de novas fábricas no Vale do Itajaí, principalmente nos anos 20.
- Os alimentos em geral aumentaram como um todo: o feijão oito vezes, a banha cinco vezes, a manteiga quatro vezes e meia, o arroz duas vezes e meia e o queijo nos anos vinte aumentou três vezes e meia. O motivo foi principalmente o aumento das vendas para São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba.
- O polvilho e a mandioca mantiveram-se estáveis – apesar da forte concorrência com a mandioca do Nordeste.
- O carvão surge na pauta de exportação durante a Primeira Guerra e mantém-se num ritmo de crescimento até 1927, quando começa a perder espaço para o carvão importado. O aumento na oferta de carvão foi favorecido pela formação das grandes companhias carboníferas, pela expansão ferroviária e pelos melhoramentos nos dois portos do sul.

No geral, o aumento das exportações catarinenses para o mercado interno de 1915 a 1929 deve ser entendido a partir das seguintes mudanças: a) a expansão do complexo cafeeiro e seus desdobramentos na expansão urbana em São Paulo; b) o forte processo de diversificação econômica ocorrido nos anos 20 em São Paulo e no Rio de Janeiro; c) a expansão urbana na capital federal; d) a construção das ferrovias integrando a região Sul ao Sudeste e de ferrovias ligando o interior catarinense aos portos; e) e a proximidade com duas praças importantes em nível regional: Curitiba e Porto Alegre. A oferta de mão-de-obra sempre foi relativamente elástica em Santa Catarina, não chegando ao ponto de estrangular por completo a produção das principais mercadorias exportadas. O mercado de trabalho para todos os setores era formado por colonos imigrantes, pescadores açorianos, caboclos do planalto e mão-de-obra oriunda de outros Estados.

Santa Catarina respondeu positivamente ao aumento da demanda nacional pós-1915. O forte dinamismo interno facilmente interagiu com os novos dinamismos da economia nacional.

3 – As indústrias originárias

Dada a estrutura agrária concentrada, as relações escravocratas, o espírito aventureiro das oligarquias toscas, a imitação dos estilos de vida e a falta de objetivo nacional da burguesia, o Brasil chega no final do século XIX com uma forte base agrária-mercantil e com uma fraca base industrial. Na região cafeeira, as indústrias que mais se destacavam eram as ligadas ao complexo cafeeiro exportador e as de bens assalariados. Nas economias regionais, fora do complexo cafeeiro, predominavam basicamente dois setores: o extrativismo e o alimentar. A indústria têxtil era forte apenas nas capitais. A expansão da renda do complexo exportador pós-1918 estimulava o surgimento, no entremeio, dos setores tradicionais, segmentos mais dinâmicos, que se estendem até 1933, quando começa efetivamente a ser pensado um projeto “nacional” de industrialização.

Em Santa Catarina, a indústria originária está no segmento extrativo – erva-mate, madeira e carvão –, alimentar – farinha, açúcar e derivados de suínos – e têxtil. Além desses setores manufatureiros também se destacava a pecuária extensiva nos Campos de Lages. Vejamos como esses segmentos surgiram.

a) Extrativismo

Dentro da indústria extrativista em Santa Catarina, inicialmente destacavam-se a ervateira, a madeireira e a carbonífera.

i) Erva-mate

A erva-mate cobria todo o Brasil meridional e Mato Grosso, a província de Misiones na Argentina e o Paraguai. Em Santa Catarina a erva concentrava-se no Alto Vale do Rio Uruguai e

no planalto norte – desde o atual município de Campo Alegre até Xanxerê –, onde a extração teve início no último quartel do século XIX.

A produção, consumo e exportação da erva-mate em Santa Catarina sempre esteve ligada à produção do vizinho Estado do Paraná, por interesses comerciais, por fontes de produção, por similaridades de tipos de produto exportado e ainda por colheita da matéria-prima na região do “Contestado”, Rio Negro e Rio Preto (Almeida, 1979, p. 10).

A erva-mate foi responsável, em boa medida, pela fixação inicial dos imigrantes de Joinville e de São Bento e pela construção da Estrada Dona Francisca e ramal ferroviário da EFSPRG ligando, Porto União ao Porto de São Francisco. Segundo Almeida (1979, p. 14), “da exportação ao engenho para a industrialização do mate foi um passo rápido e Joinville tornou-se o maior centro de comercialização, industrialização e exportação de mate”. Formou-se um corredor do mate entre São Bento e Joinville, ambas subordinadas à praça de Curitiba, que gerenciava grande parte dos negócios na região. A região era, na verdade, uma extensão da economia ervateira do Paraná. A produção teve uma forte ascensão nos anos 10, iniciando com 5.761t em 1910, passando para 19.852t em 1920. A produção se estabilizou nos anos 20 e 30 e começou a declinar nas décadas seguintes, chegando a 12.177t em 1948.

Basicamente, 80,0% da produção exportada era destinada ao mercado exterior, tendo o Chile e a Argentina como grandes consumidores. Com a crise do capitalismo nos anos 30, a Argentina acelera o cultivo e a produção da erva para atender seu próprio mercado, gerando uma queda na produção e nas exportações catarinenses. Em 1929, a erva representava 16,2% das exportações, caindo para 2,1% em 1943.

ii) Carvão

No final do século XIX o carvão despertou interesse dos ingleses que, por intermédio do Visconde de Barbacena, organizaram em 1876 a *The Donna Thereza Christina Railway Company Limited*, para construir a ferrovia, e em 1883 a *The Tubarão Brazilian Coal Mining Company Limited*, para explorar o carvão. Ambas tiveram vida curta: a primeira foi dissolvida em 1903 e a segunda abandonada em 1887.

Durante a curta existência a *Tubarão*, empregou 265 mineiros, que extraíram 700 toneladas de carvão, destinadas a Buenos Aires (Dall’Alba, 1986). Na verdade, os ingleses

abandonaram a área pelo fato do carvão catarinense ser de baixa qualidade, apresentando um alto teor de rejeito piritoso comparando com o carvão europeu.

Com o abandono da área pelos ingleses, a concessão das terras foi transferida à firma carioca Lage & Irmãos e a ferrovia encampada pelo governo federal e repassada à Cia. EF São Paulo-Rio Grande e em seguida para a CBCA. Até 1914, a exploração seguiu de forma artesanal por pequenas iniciativas locais. Somente com os adventos da Primeira Guerra, devido à queda nas importações, foi que efetivamente começaram as atividades carboníferas de uma forma mais racional. Entre 1917 e 1922, foram fundadas cinco companhias carboníferas: a CBCA (Companhia Brasileira Carbonífera Araranguá), a CCU (Companhia Carbonífera Urussanga S.A.), a Companhia Carbonífera Próspera S.A., a Companhia Ítalo-Brasileira Ltda. e a Companhia Nacional Mineração Barro Branco. Apenas a Cia. Próspera e a Ítalo-Brasileira tinham sede em Cresciúma, as demais no Rio de Janeiro. Nos anos 30, surgem mais quatro companhias, nos anos 40 mais 30 e nos 50 mais oito, todas de pequenos proprietários locais (Heidemann, 1981; Bossle, 1981). No final dos anos 30, havia quatro companhias carboníferas que tinham mais de 100 trabalhadores: CCU, Barro Branco Velho, CBCA e Rio Carvão.

Por ser um mineral básico para a industrialização, em 1931 o governo Vargas decretou a obrigatoriedade do consumo de 10,0% de carvão nacional. Em 1937 a cota foi elevada para 20,0%. Além desses dois decretos foram editados outros que beneficiaram diretamente o carvão catarinense, como o Decreto 4.613 de 1942 que, dentro do “esforço de guerra”, encampou toda produção, elevando-a de 204.181 toneladas em 1939 para 815.678 toneladas em 1945. Além das medidas institucionais, foram feitos investimentos estatais diretos, como o reaparelhamento do Porto de Imbituba e a construção do Lavador de Capivarí e da UTEC (Usina Termelétrica de Capivarí, que fornecia energia ao Lavador), responsável pelo beneficiamento do carvão destinado à CSN (Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda).

iii) Madeira

Além da disponibilidade de recursos naturais, o surgimento de atividades ligadas à exploração da madeira tem a ver com a expansão da produção artesanal que estava vinculada ao alargamento do mercado interno.

Desenvolveram-se duas atividades extrativistas na região oeste: a extração da erva-mate e da madeira. A primeira era exercida mais ao noroeste, na divisa com o Paraná, e a segunda nos vales próximos ao Rio Uruguai, tendo Chapecó como município pólo. A madeira fixava o homem na terra, pois "existia uma imensa e inóspita floresta, cujas características eram tentadoras, tanto em termos de qualidade como em quantidade. A madeira definiu a atividade econômica principal até os anos 50/60" (Bellani, 1991, p. 99). Foi altamente rendosa para vários colonizadores e eles tiveram "uma participação direta ou indireta, mas a vida econômica regional, por mais de 40 anos, circulou em torno do que a mata oferecia" (p. 100). A maior parte da produção da madeira do oeste era destinada ao mercado argentino e uruguaio, transportada por meio do Rio Uruguai, em forma de balsa, durante o período de cheias.

Segundo Campos (1987, p. 115), "salvo algumas afiliadas à empresas colonizadoras gaúchas, a grande maioria dos estabelecimentos comerciais e industriais se formaram com capitais localmente acumulados, ou em alguns casos, transferidos para a região junto a seus proprietários". Bellani (1991) destaca a atuação da companhia colonizadora Empresa Bertaso, que além de serrarias tinha olarias e usinas de geração de energia. Os responsáveis pelo corte eram pequenos proprietários, empreiteiros e prestadores de serviços braçais, os peões (p. 102). Em 1948, foram registrados na região 115 empresas madeireiras e uma produção total de 80.000m³. O aumento da produção gerou grandes estoques nos três Estados do sul, que, segundo Griggs (1974, p. 71), "estão mais ligados aos problemas de transportes internos e marítimos, agravados pelas circunstâncias da guerra, do que pela diminuição das exportações".

A queda das atividades madeireiras no oeste, no final dos anos 50, está ligada basicamente a dois fatores: o esgotamento das reservas e a redução drástica das importações argentinas. A extração e a comercialização da madeira marcam o início das atividades industriais e da acumulação de capital na região. Na região oeste, a atividade madeireira basicamente esgotou-se no início dos anos 50. Ao contrário do planalto norte e serrano, a região oeste não partiu para o reflorestamento. A diversificação para o setor alimentício manteve a expansão da renda, evitando uma crise, porém exigia novas relações de trabalho e novos espaços para a sua contínua ampliação.

No planalto norte e Alto Vale do Rio do Peixe, tendo Caçador como município pólo, a madeira ainda é a principal atividade industrial na região. Parte dessa região também é conhecida como a Região do Contestado. A colonização teve início com a construção da Estrada de Ferro

São Paulo-Rio Grande e do Ramal Porto União-São Francisco. Após a Guerra do Contestado e do Acordo de Limites, as companhias colonizadoras intensificaram a colonização na região.

O esgotamento das reservas florestais no nordeste e no Alto Uruguai no Rio Grande do Sul expulsou os colonos que se deslocaram para Santa Catarina na busca do "eldorado prometido". A venda de lotes no Alto Vale do Rio do Peixe coincidiu "com o interesse de muitos italianos, já com experiência no ramo madeireiro, ávidos em encontrar novos pinhais para desenvolverem suas atividades" (p. 50). A indústria madeireira, por um lado, teve início com a instalação da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, instalada próxima à estação ferroviária de Calmon, para fornecer dormentes à EFSPRG e tábuas para a construção de estações e casas. A maior unidade da serraria concentrava-se em Três Barras, na época a maior da América Latina, onde "reinava absoluta, sem concorrência" (p. 43). Por outro lado, as primeiras pequenas serrarias foram de propriedade dos colonos imigrantes, que inicialmente se instalaram como comerciantes e que se transformaram em industriais. Esses comerciantes compravam a madeira de outros colonos e a revendiam serrada. Até os meados dos anos 30, "metade da madeira produzida em Caçador era vendida à *Lumber Company* que, por trem, a transportava para Três Barras e, daí, a exportava" (Thomé, 1995, p. 105). É a subordinação do grande capital, comandada pela *Lumber*, sobre a pequena propriedade extrativista. No ano de 1937, havia na região 201 serrarias, que produziram em torno de 1,96 milhões de dúzias de tábuas, que correspondia a 48,5% da produção do Estado, sendo que a maior parte pertencia a *Lumber* (p. 106). Somente no município de Caçador, em 1936, havia 87 serrarias, passando para 75 em 1940 e 92 em 1944.

b) Têxtil

A indústria têxtil em Santa Catarina está basicamente circunscrita ao Vale do Itajaí, centrada nas cidades de Blumenau e Brusque, em Joinville e Jaraguá do Sul, e data do final do século XIX.

No período que vai de 1850 a 1880, a colônia de Blumenau dedicou-se quase que exclusivamente à produção de produtos agrícolas (fumo, café, mamona, raízes de plantas úteis, laranja, cana-de-açúcar, pêssego e goiaba), alimentos (farinha de mandioca, manteiga, queijo, banha e salame), bebida (vinho, cerveja, aguardente) madeira e tijolos. A produção era destinada ao mercado local e regional (Hillesheim, 1979). Num primeiro momento, a indústria têxtil surgiu

somente com a chegada de novos imigrantes pós-1875, que eram provenientes da Saxônia, uma região industrial na Alemanha recém unificada. Em 1880 é fundada a Gebrüder Hering, pelos irmãos Hermann Hering (mestre tecelão) e Bruno Hering, base da atual Cia. Hering. Em 1882, Johann Karsten comprou seis teares alemães e montou uma pequena tecelagem, surgindo a Karsten. Em seguida, 1884, foi fundada a Garcia. Todas ficavam em Blumenau (Mamigonian, 1965).

Em Brusque, surgiu a Buettner em 1875 e a Renaux em 1892. Sobre a origem da Renaux e da Buettner, Hering (1987) faz o seguinte relato: Eduardo Von Buettner se instalou em Brusque no ano de 1875, explorando inicialmente madeira, plantando café e cana-de-açúcar. Em seguida abriu uma loja de fazenda, secos e molhados e armarinhos. Muitos dos produtos vendidos na sua loja eram produzidos por ele mesmo, por exemplo, os bordados, aventais e toalhas. Em 1898, Buettner colocou uma fábrica de bordados com técnicas alemãs, trazidas pelo filho que fora estudar na Alemanha, e matéria-prima inglesa. A Renaux iniciou com uma casa comercial em Blumenau e Brusque durante dez anos (1882-1892). Em seguida, Carlos Renaux, juntamente com outros sócios e contando com mão-de-obra especializada, montou uma fábrica de tecidos em Brusque.

Em Joinville, em 1881, surge a Döhler, fundada por Karl G. Döhler, um mestre tecelão, que trouxe da Saxônia alguns fios e começou a fabricar tecidos num pequeno tear de madeira feito por ele mesmo. Portanto, antes da virada do século, já estavam estabelecidas a Hering, Karsten, Garcia, Renaux, Döhler e Buettner. Excluindo a Garcia, que foi adquirida pela Artex em 1973, as demais marcas ainda permanecem e representam parte significativa da indústria têxtil catarinense.

Em Joinville, segundo Rocha (1997), até a Primeira Guerra surgiram novas fábricas têxteis como a Cia. Fabril Lepper (1907), Centauro Meias e Malhas (1910), Tricotagem Alfredo Marquardt (1911) e Indústria Colin (1913). Em Brusque, a Schlösser foi fundada em 1911. Nos anos 20, ocorreu uma expansão no setor, com o surgimento de novas fábricas. A expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro e a diversificação industrial dos anos 20 abriam novos mercados para os têxteis catarinenses. Nesse período, que se estende também pelos anos 30, são fundadas em Blumenau a Acolchoados Altenburg (1922), Bordados e Cadarços Haco (1924), Tecelagem Kuehnrich – TEKA – (1926), Malhas Thiemann (1927), Malharia Blumenau – Mafisa – (1929), Cremer Gazes Medicinais (1935), Artex (1936) e Linhas Círculos (1938) (Mamigonian,

1965). Em Joinville, surgem a Casseiro Silva (1924), Fiação Joinvillense (1926), Têxtil Schmalz (1926) e a Malharia Manz (1929) (Rocha, 1997).

A indústria têxtil, juntamente com a máquina a vapor e o carvão, foram o carro-chefe da Primeira Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra durante a fase do capitalismo concorrencial. Ao contrário da grande indústria pesada da Segunda Revolução Industrial, a indústria têxtil tinha um alto grau de difusão técnica, o que permitia a cópia com facilidade, não exigindo alto comando e vultosos recursos financeiros. Bastava trabalhar numa tecelagem inglesa, depois atravessar o Atlântico e repassar todos os ensinamentos a um industrial para ter um sistema fabril têxtil completo. Dada esta facilidade, os imigrantes trouxeram para o Brasil habilidades técnicas, as quais foram transferidas às indústrias têxteis que surgiram em algumas cidades. A iniciativa de Karl G. Döhler, em 1881, em Joinville é um exemplo. Mesmo com toda facilidade de cópia, segundo Cardoso de Mello (1992), “levamos cem anos, de 1830 a 1930, para imitar a inovação fundamental da Primeira Revolução Industrial, o setor têxtil” (p. 59).

Nas primeiras décadas do século XX, Blumenau já apresenta traços de um pequeno centro fabril periférico, com inúmeras malharias e tecelagens, algumas de pequeno e outras de médio porte. Na verdade, segundo Castro (1980), Blumenau é uma experiência bem sucedida de indústria regional-nacional, onde se assistiu um “precoce desenvolvimento voltado para dentro” (p. 42). Um dos primeiros grandes impulsos dado à indústria têxtil catarinense não foi gerado pelas suas forças endógenas locais, mas veio do outro lado do continente: a Primeira Guerra. Com a queda nas exportações de bens assalariados, a indústria têxtil barriga-verde começa a conquistar o mercado nacional. As exportações catarinenses de têxteis para o mercado interno de 1896 a 1912 seguiam de forma irregular, representavam em 1912 menos de 2,0% do total exportado (150:713\$000). Com a Primeira Guerra e a diversificação econômica dentro do complexo cafeeiro, as exportações de têxteis chegam a 2.137:710\$000 em 1920 (5,6%) e a 7.041:483\$000 em 1929 (8,5%), colocando-se ao lado da erva-mate, madeira e banha. Os têxteis catarinenses jamais conseguiriam se manter no mercado paulista e carioca até 1930 – além do gaúcho –, se não houvesse uma expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro e pela diversificação industrial dos anos 20. Com a política cambial dos anos 20, ora valorizado ora desvalorizado, o setor foi beneficiado pelo dois lados, com o encarecimento das exportações e com a facilidade de importar novas máquinas para repor o velho maquinário, desgastado durante o período do conflito mundial. O segundo salto veio com a industrialização restringida pós-30 e a

integração do mercado nacional, em parte promovida pelo fim do imposto de importação entre os Estados, aumentando o fluxo de mercadorias nacionais entre as unidades federativas.

A origem da indústria têxtil em Santa Catarina pode ser explicada pelo desempenho da pequena produção mercantil e pela facilidade da cópia, mas as explicações da expansão e consolidação devem ser buscadas fora do seu meio, são elas: a) a queda das importações durante a Primeira Guerra; b) o crescimento urbano e a expansão da renda promovida pelo complexo cafeeiro; c) a política cambial dos anos 20; d) a integração do mercado interno pós-30; e, e) a queda das importações durante a Segunda Guerra. Portanto, foi uma indústria que se adaptou rapidamente às exigências da demanda interna e conquistou de forma duradoura mercados cativos. Ela nasceu voltada para o mercado regional e tornou-se nacional na primeira oportunidade de expansão.

c) Alimentos

Inicialmente, a produção de alimentos em Santa Catarina estava ligada às atividades agrícolas desenvolvidas pelos açorianos, o cultivo da cana de açúcar para a fabricação do aguardente e do melado, da mandioca para a fabricação da farinha e do polvilho, do arroz, do café e as atividades pesqueiras. Com a vinda da segunda leva de imigrantes nos meados do século XIX, começam a surgir novos produtos alimentícios como a banha, manteiga, queijo e salame. A explicação dessa diversificação deve ser buscada na tradição, trazida pelos imigrantes italianos, que eram pequenos camponeses. Com a vinda da terceira leva de imigrantes pós-1875, aumentou a diversidade e a oferta de alimentos, como derivados do suíno e do leite, o fabrico do vinho e também da farinha de mandioca.

Dadas as características da colonização em Santa Catarina, as atividades agrícolas, que resultavam na produção de alimentos, eram todas praticadas por pequenos proprietários, que além de produzirem para a sua subsistência, comercializavam o excedente junto ao mercado local e com os centros comerciais mais próximos (Laguna, São Francisco, Joinville, Blumenau e Florianópolis). Segundo Milanez (1991, p. 29), nos primeiros tempos da colonização no sul do Estado “exportava-se banha, carne de porco salgada, feijão e outras mercadorias” até para o Rio de Janeiro. As mercadorias partiam de Cresciúma até Jaguaruna, e seguiam até Florianópolis, de onde eram embarcadas para Santos, Rio e o Norte. A produção de alimentos no sul do Estado

ficou por longas décadas neste nível, pequenos produtores que comercializavam com algumas praças do Estado e nacionais. O desenvolvimento de um setor agrícola ativo, que desse condições para que se transformasse numa indústria alimentar dinâmica, foi abortado pelas atividades carboníferas que submeteram e comprometeram várias propriedades rurais com a lavra do carvão. Muitos colonos vendiam suas propriedades para serem mineradas por uma firma ou eles próprios mineravam. Quando a reserva de carvão esgotava, o terreno já estava todo comprometido com os mananciais hídricos contaminados, impossibilitando o cultivo da terra.

O mesmo que aconteceu em Criciúma, de certa forma e em menor proporção aconteceu em Blumenau, onde grande parte da mão-de-obra, que poderia ser voltada para as atividades agrícolas, voltou-se para atividades fabris, em especial a têxtil. Devido à natureza diferenciada das atividades carboníferas e têxteis, principalmente do ponto de vista ambiental, o setor agrícola no Vale do Itajaí avançou mais do que no sul. O sistema colônia-venda e a exploração da mão-de-obra de expropriados deram condições para a formação de um mercado interno que se desdobrava e ampliava. Mesmo num regime de pequenos proprietários, surgem pequenos capitalistas que acumulam mais e passam a subordinar os mais frágeis. Essa subordinação ocorreu em virtude da diferenciação social que se desenvolve dentro da pequena propriedade.

O comércio de cabotagem estadual, até 1920, era feito principalmente com o Rio Grande do Sul, Paraná e Rio de Janeiro. Após essa data, aumentam as transações comerciais com São Paulo. Mesmo comercializando alimentos com vários Estados (RS, PR e RJ), São Paulo era o maior consumidor da farinha, da banha e da manteiga catarinense. O mate ia mais para o Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso e a madeira para o Rio de Janeiro.

Mesmo com a produção de alimentos no sul, no Vale e no litoral, será com a colonização do oeste catarinense que o setor terá outros desdobramentos e definirá os rumos da indústria alimentar em Santa Catarina e, em boa medida, no Brasil a partir da consolidação de grandes empresas.

Como já foi discutido no item anterior, a ocupação do oeste catarinense deu-se paralelo à construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, por colonos ítalo e teuto-brasileiros, provenientes do Rio Grande Sul, estimulados pela abertura de fronteiras e pela possibilidade de se tornarem capitalistas. Além da pecuária, duas atividades econômicas desenvolveram-se no oeste; nas proximidades do Rio Uruguai a extração da madeira e na divisa com Paraná o cultivo da erva-mate. No entanto, foram as atividades madeireiras que comandaram o processo de acumulação

capitalista até os anos 50, quando, segundo Campos (1987, p. 110), “a madeira funcionava como uma certa poupança aos colonos recém instalados. A venda desta dotava-os de uma pequena reserva financeira para enfrentar a dureza dos primeiros anos.” Paralelo as atividades madeireiras, era exercida, pelos pequenos proprietários que não estavam envolvidos com a madeira ou com a erva, a atividade agrícola.

Como muitos colonos eram provenientes da região fumageira de Santa Cruz do Sul (RG), a plantação de fumo no oeste barriga-verde predominou até os anos 40. “A substituição do fumo pelo suíno como principal atividade comercial dos pequenos produtores consolida-se no decorrer dos anos 40 e início dos anos 50.” (Campos, 1987, p. 123). Dada à integração ferroviária com centros urbanos maiores, a comercialização do excedente, além de atender a região, era voltada para o mercado nacional. “Desde logo surgiram comerciantes locais que compravam suínos junto aos lavradores e os comercializavam em Osasco e Itararé (SP), trazendo em seu retorno muitos produtos manufaturados.” (p. 134). Era muito comum na região o tropeirismo de suínos, uma prática herdada do período das grandes fazendas de criação. Com o fim do tropeirismo de muares e gado, muitos tropeiros são contratados por suinocultores do Vale do Rio do Peixe e do oeste.

No Campo de Palmas, a decomposição do complexo rural, que era formado pela grande fazenda de criação e pela pequena economia de subsistência, iniciou com a colonização e a construção da ferrovia, quando a região começa a ser partilhada em pequenas propriedades pelas companhias colonizadoras, e vendidas aos colonos gaúchos. O regime de pequena propriedade, em oposição às grandes fazendas, fez aumentar a divisão social do trabalho e o poder local, que, de certa forma, foi pulverizada. Mesmo com a pulverização relativa do poder, os conflitos sociais adentraram por todo o século XX, que eclode no Contestado e se arrasta até os movimentos dos Sem Terra nos anos recentes. Nas áreas de colonização européia, seria um anacronismo chamá-las de complexo rural. Elas foram, simplesmente, a sua antítese: alta divisão social do trabalho, mercado interno desenvolvido, regime de pequena propriedade, a ausência de trabalho escravo e uma economia monetizada. Como esta colônia surge justamente no momento em que o complexo rural no país estava em decomposição, seria impossível adaptá-la àquela forma atrasada. Enquanto produtoras de bens assalariados, as regiões de colonização européia, em Santa Catarina, inicialmente desenvolveram seu mercado interno, e em seguida estreitaram os laços comerciais, não apenas com a sua *hinterland*, mas principalmente com praças maiores, como Rio de Janeiro e, depois de 1920, com São Paulo. Portanto, elas, de certa forma também estão inseridas num

complexo maior que é o cafeeiro. Melhor seria enquadrá-las naquilo que Müller (1986), chamou de “complexo agro-comercial”. Segundo Graziano da Silva, Kageyama (1998), 1930 a 1955 é considerado um período de transição para a agricultura industrializada, quando começa a implantação do D1 e a integração do mercado nacional. Com a industrialização e a urbanização, há uma diversificação agrícola mais equilibrada e um aumento da cultura de alimentos voltados para o mercado interno e o ritmo da agricultura passa a ser ditado pela dinâmica do capital industrial (p. 12-15).

Nos anos 40, começam a surgir os primeiros moinhos de trigo e processadores de suínos no Vale do Rio do Peixe, de proprietários locais que estavam comercialmente ligados ao mercado paulista. Inicialmente, a pequena propriedade nivela econômica e socialmente os camponeses, pulverizando a acumulação. Com o desenvolvimento de atividades mercantis e a subordinação de proprietários que acumulam com o excedente sobre os despossuídos, começa a haver uma diferenciação social e a formação de um exército de reserva.

Nos anos 30, começam a surgir na região casas comerciais que revendem alimentos e cereais para o interior de São Paulo e para própria capital paulista e que, mais tarde, nos anos 40, transformaram-se em moinhos e em frigoríficos. A origem do capital acumulado, que se desdobrou nos atuais frigoríficos, deve ser buscada nas pequenas atividades comerciais e madeireiras e na forte integração comercial com os centros consumidores de São Paulo. Nessa época, as casas comerciais e os abatedouros do oeste catarinense já compravam os suínos de vários pequenos produtores, num verdadeiro processo de subordinação do médio capital comercial sobre os pequenos proprietários. Nesse momento, a diferenciação social dentro da pequena propriedade assume proporções maiores e aumenta a subordinação, agora não mais do homem sobre o homem, mas também do grande capital sobre a pequena propriedade.

Mesmo com a transformação de pequenas propriedades em casas comerciais e depois em frigoríficos, o padrão móvel da acumulação era o mercantil. Era na esfera da circulação que residia a fonte maior da acumulação. A lógica era a do comerciante “comprar barato para vender caro”. Somente com a subordinação das pequenas propriedades ao sistema de integrados, com a industrialização dos derivados de suínos e aves, com a nacionalização completa da economia regional e com a formação de um complexo que une a agricultura à indústria é que o padrão metamorfoseia-se para o industrial.

Em resumo, os frigoríficos do oeste catarinense até os meados dos anos 40 são resultados da concentração do capital comercial e madeireiro, que rapidamente integram-se à economia nacional, fornecendo suínos e derivados. Dentro do complexo agrocomercial, a região começava a definir sua função na divisão nacional e territorial do trabalho, como produtora e fornecedora de alimentos derivados de suínos e aves.

4 – Metamorfose do capital: do mercantil para o industrial

Como se deu o processo de metamorfose do capital em Santa Catarina? O processo foi uniforme em todas as regiões do Estado? Mesmo onde predominavam atividades extrativas (madeira e carvão) houve essa metamorfose para o capital industrial? Quem comandou esse processo? Para melhor responder a estas perguntas vamos fazer uma análise por setores e mesorregiões.

A origem da indústria têxtil em Blumenau está na pequena propriedade, seja do pequeno comércio local ou de pequenas fábricas, pequenos artesãos. O comércio local, proveniente do sistema colônia-venda, era responsável pelo abastecimento da vila e de localidades próximas. A expansão do comércio extrapolou as fronteiras da *hinterland* e alcançou a capital da província. Em Blumenau, do comércio também surgem as casas de beneficiamento de produtos rurais, como a manteiga e o queijo. Além do comércio, a origem de muitas indústrias em Blumenau está na pequena produção (Mamigonian, 1965; Hering, 1987). Seja proveniente do capital comercial, do sistema colônia-venda (que dava a base financeira), da pequena atividade industrial ou do pequeno artesanato, a origem do capital industrial em Blumenau e, por extensão Brusque, é diversa. O que unifica é a base: a pequena produção mercantil. A metamorfose do capital no Vale do Itajaí, de mercantil para industrial, deu-se praticamente na origem ou a própria origem foi do pequeno capital industrial.

Em São Bento do Sul, segundo Kaesemodel (1990), a origem da indústria moveleira deve ser buscada na “presença significativa de imigrantes-artesãos, ligados ao trabalho da madeira” (p. 34). Segue a autora:

nas três primeiras décadas do século XX, pode-se contar com o elemento que caracterizaram fortes mudanças no desenvolvimento econômico da economia regional [imigrante-artesão]. A produção artesanal desenvolvida em marcenaria de fundo de quintal foi transformando-se em manufatura, tal foi o caso da Móveis Cimo (1921), Indústria Zipperer (1923) e Móveis Weihermann (1925) (p. 35).

São Bento do Sul beneficiou-se da exploração e do comércio madeireiro durante o período 1896-1921 para aumentar a produção de móveis e outros manufaturados e para atender o mercado local e regional (p. 36). De acordo com estudos de Kaesemodel, todas as marcenarias que se consolidaram nos anos 60 e 70 tiveram origem na pequena atividade madeireira.

No sul de Santa Catarina podemos observar essa metamorfose em dois setores: carbonífero e cerâmico. Nos anos 30 e 40, várias pequenas minas são abertas na região e quase todas de pequenos comerciantes ou agricultores (Zanette, Martinello, Scott, Milanez, Pizette, entre outros). No final dos anos 60, sobraram apenas 11 minas, sendo uma estatal (Companhia Próspera, subsidiária da CSN), três dos empresários cariocas (CBCA, a Barão do Rio Branco e a Ibracoque) e as demais de capital local. As primeiras cerâmicas – Cesaca, Ceusa e Cerâmica Cocal – começaram como sociedade entre pequenos comerciantes locais. Apenas a Cecrisa foi um desdobramento da indústria carbonífera.

A forma de ocupação do oeste barriga-verde, baseada na pequena propriedade, gerou uma forte economia mercantil. O excedente da produção era comercializado localmente e com frigoríficos paulistas. Esse sistema propiciou a acumulação de capital nas mãos de alguns comerciantes que diversificaram para a indústria alimentar. Mesmo numa região onde predominam as atividades agrícolas e pecuárias, o capital comercial metamorfoseou-se para o beneficiamento dos produtos agrícolas e pecuários.

Podemos concluir que a metamorfose do capital em Santa Catarina cumpriu sua função dinâmica. Da pequena produção mercantil, do sistema colônia-venda, desdobrou-se para o capital industrial ou agroindustrial. Sendo assim, a lacuna para investimentos de fora no intuito de romper com o atraso, como se deu em alguns Estados brasileiros, não foi necessário em Santa Catarina, pelo menos até o final dos anos 60. O espaço foi preenchido pelo capital local que se integrou ao mercado regional e nacional.

Reflexões finais

O salto que a economia catarinense dá nos anos 30 e 40 só pode ser explicado pelo forte engajamento que o Estado teve com a economia nacional, principalmente a paulista, que estava num processo acelerado de formação de um parque industrial integrado. Os Estados que estavam mais próximos da economia paulista e que tinham estruturas sócio-econômicas mais avançadas do que as das antigas regiões produtoras, rapidamente se ajustaram às demandas paulistas pós-30. A urbanização e o aumento da classe operária fizeram aumentar a demanda por produtos básicos: alimentos e vestuário. Já o crescimento da indústria siderúrgica, associado ao transporte de cabotagem e ferroviário, fez aumentar a demanda por carvão mineral.

Ao mesmo tempo que a indústria paulista nascia e se consolidava, a catarinense caminhava paralelamente. Com a crise mundial de 1929, o rompimento do padrão monetário internacional e o aparecimento de novos atores sociais, rompe-se o velho padrão de acumulação na economia brasileira, que era conduzido pelo setor mercantil agroexportador. A diversificação industrial dos anos 20 exigia a continuidade do processo de crescimento, porém em outras bases materiais e institucionais. No entanto, as bases produtivas em Santa Catarina ainda continuavam as mesmas e somente a partir de 1945, começa a mudar a estrutura econômica do Estado barrigaverde com a ampliação da pequena indústria metal-mecânica, em Joinville com o surgimento da indústria de papel, pasta e celulose no planalto, e das cerâmicas, no sul. A participação no VTI da indústria dinâmica simplesmente passou de 18,76% em 1949 para 26,28% em 1959. A indústria catarinense estava se consolidando e começava partir para outra base produtiva que passava a comandar o processo de acumulação.

O pequeno proprietário, o colono, o caboclo e o pescador são as matrizes sociais dessas transformações. O capital-dinheiro, concentrado nas mãos, dos pequenos capitalistas, transformou-se rapidamente em capital-industrial. É a partir desse desdobramento que nasce o grande capital industrial em Santa Catarina. E é o capital industrial, juntamente com o mercantil, que será o móvel da acumulação no período de 1945 a 1962, um período transitório para a fase da integração e consolidação da indústria catarinense.

Referências:

- ALMEIDA, Rufino Porfírio. **Um aspecto da economia de Santa Catarina** : a indústria ervateira – o estudo da Companhia Industrial. Florianópolis : UFSC/CCH, 1979. 239 p. (Dissertação de mestrado)
- BELLANI, Eli Maria. **Madeira, balsas e balseiros no Rio Uruguai** : o processo de colonização do velho município de Chapecó (1917-1950). Florianópolis : UFSC/CFH, 1991. 260 p. (Dissertação de mestrado)
- CAMPOS, Índio. **Os colonos do Rio Uruguai** : relações entre pequena produção e agroindústrias no oeste catarinense. Campina Grande : UFPB, 1987. 370 p. (Dissertação de mestrado)
- CARDOSO DE MELLO, João Manuel. Consequências do neoliberalismo. **Economia e Sociedade**. Campinas : UNICAMP/IE, n. 1, agosto 1992.
- CASTRO, Antônio Barros de. **Sete ensaios sobre a economia brasileira**. 3 ed. Rio de Janeiro : Forense Universitária, v. 2, 1980. 235 p.
- DALL'ALBA, João Leonir. **Imigração italiana em Santa Catarina** : documentários. Caxias do Sul; Porto Alegre; Florianópolis : Ed. da UDESC; EST; Lunardelli, 1983. 182 p.
- _____. **Colonos e mineiros no grande Orleans**. Orleans : Instituto São José, 1986.
- GRAZIANO DA SILVA, José; KAGEYAMA, Angela. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas : UNICAMP/IE, 1998. 211 p.
- GRIGGS, Rosemari Pozzi Eduardo. **A madeira em Santa Catarina 1930-1970**. Curitiba : UFPR, 1974. 174 p. (Dissertação de mestrado)
- HEINSFELD, Adelar. **A Questão de Palmas entre Brasil e Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale Rio do Peixe**. Joaçaba : UNOESC, 1996. 168 p.
- HERING, Maria Luiza Reunax. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí** : o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau : Ed. da FURB, 1987. 334 p.
- HILLESHEIM, Anselmo Antonio. **O crescimento do mercado interno numa colônia do Império** : o caso de Blumenau – 1850-1880. Florianópolis : UFSC/CCH, 1979. 86 p. (Dissertação de mestrado)
- KAESMODEL, Maria Salete Munhoz. **A indústria moveleira em São Bento do Sul**. Florianópolis : CFH/UFSC, 1990. 129 p. (Dissertação de mestrado)
- KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro de Santa Catarina 1910-1960**. Curitiba : UFPR/Dep. de História, 1975. 140 p. (Dissertação de mestrado)
- MAMIGONIAN, Armen. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro : IBGE/CNG, n. 3, v. 27, 389-481, julho-setembro/1965.
- MILANEZ, Pedro. **Fundamentos históricos de Criciúma**. Florianópolis : Ed. do Autor, 1991.
- MÜLLER, Geraldo. A economia política do CAI. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. 26, Lavras, 1986.
- ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC** : da gênese às exportações. Florianópolis : Ed. do Autor, 1997. 135 p.
- THOMÉ, Nilson. **O trem de ferro** : a ferrovia do contestado. 2. ed. Florianópolis : Lunardelli, 1983. 204 p.
- _____. **Ciclo da madeira** : história da devastação da floresta araucária e do desenvolvimento da indústria da madeira em Caçador e na região do contestado no século XX. Caçador : Impressora Universal, 1995. 210 p.